

FACTORES DA EVOLUÇÃO DEMOGRÁFICA

Admite-se o caráter mais ou menos estacionário da população portuguesa até meados do século XVII, ultrapassando um tanto, embora com altos e baixos, o milhão de habitantes.

É costume atribuir à mortalidade um papel moderador na demografia do Antigo Regime, caracterizada por um crescimento moderado, quando não pela estagnação simples. De tempos a tempos faziam sentir os seus efeitos pestes e outras epidemias, crises de fome, guerras; o excedente de vidas era ainda contrariado em Portugal pelo movimento migratório que a expansão desencadeou a partir do século XV. A melhoria, ainda que em termos muito relativos, das condições de vida, com incidência da difusão cada vez maior do milho, cereal de grandes rendimentos, e do termo das grandes epidemias medievais terá contribuído para a progressão demográfica dos anos 700; o crescimento mais acentuado, que os censos permitem constatar, está ligado a uma evolução demográfica comandada fundamentalmente pela taxa de crescimento natural e pela emigração. Os grandes aumentos da população coincidem com períodos em que a emigração se tornou diminuta, como o de 1931-1949 e o que se segue a 1973. Entre 1911 e 1920, a uma emigração muito volumosa somaram-se as consequências das epidemias de 1918 e 1919 e da Primeira Grande Guerra Mundial; falou-se também na influência da instabilidade política deste período e da mudança de regime em 1910. Entre 1950 e 1970, a emigração, legal e clandestina, foi a grande responsável pela retração do aumento populacional; juntem-se ainda a influência da guerra colonial e a diminuição da taxa de crescimento natural, pela redução da natalidade, a partir de meados dos anos 60. Estas tendências mantiveram-se até 1973, altura em que se desencadeou o surto demográfico evidenciado pelo censo de 1981 e condicionado não só pelo acentuado declínio da emigração, mas também pelo regresso de portugueses estabelecidos nas antigas colónias, aproximadamente 600000. O decréscimo do ritmo de progressão demográfica entre 1981 e 1991, que praticamente condicionou estagnação, está ligado à diminuição acentuada da taxa de crescimento natural e, ao contrário do que com frequência se admitia, a saldos migratórios negativos apreciáveis.

a) Taxa de variação (ou saldo) natural

Designa a diferença entre as taxas de natalidade e de mortalidade. A nível do país, os saldos têm sido em regra positivos, desde que em 1886 começaram a ser difundidos regularmente elementos sobre nascimentos e óbitos. Mas houve uma exceção em 1918, por influência da pneumónica (taxa de mortalidade, 41,4%, taxa de variação natural, - 11,7%). E em anos recentes, no quadro de divisões administrativas, também se têm registado taxas de variação natural negativas. A taxa de natalidade, muito elevada nos fins do século XIX, manteve-se com valores equivalentes até cerca de 1930, altura em que começou a diminuir gradualmente. A taxa de mortalidade evolucionou no mesmo sentido mas, por largo período, de modo mais acentuado. Daqui resultou que, se os nascimentos decresceram, os progressos na assistência médica e no nível geral de higiene originaram a persistência de valores avultados da taxa de crescimento natural até meados dos anos 60, altura em que a natalidade começou a diminuir mais sensivelmente que a mortalidade. Os baixos valores da taxa de variação natural tornaram-se um fator muito influente da evolução demográfica. Nos últimos anos, em diversas áreas, o número de óbitos superou o de nados-vivos. Em 1993 com incidência bem sensível no Norte Interior e no Alentejo.

As taxas de mortalidade infantil mantiveram-se até tarde em níveis muito elevados e só em anos recentes se têm registado decréscimos sensíveis.

b) Emigração

Trata-se de uma constante da nossa população, desde que, em 1425, começou a colonização da Madeira. Ao longo de todos estes séculos, o movimento inseriu-se em contextos muito diversificados, ao mesmo tempo que variavam também o volume dos emigrantes e os seus destinos.

A partir de meados do século XIX, a saída de gente foi-se intensificando, até se atingir um máximo em 1911-13. A primeira indicação concreta dos emigrantes portugueses legais refere-se a 1855. Entre 1866 e 1877, o número de partidas legais foi, em média, de 10000 por ano, para se aproximar das 26000 anuais no decénio de 1891-1900; 60000 emigrantes em 1911, 89000 em 1912 e 78000 em 1913. A primeira Grande Guerra Mundial originou inevitável regressão do fenómeno, mas logo no

decénio de 1921-30 abandonaram o país 325000 pessoas. A crise económica internacional, desencadeada em 1929 e que continuou nos anos seguintes, travou o impulso, pois não deixou de ter reflexos no Brasil, para onde principalmente se dirigiam os portugueses; medidas restritivas adotadas por aquele país e as dificuldades de transportes, na guerra de 1939-45, atuaram no mesmo sentido e foi assim que o número de emigrantes baixou no decénio de 1931-40. Nos anos 50 começa a desenhar-se novo máximo (353000 emigrantes entre 1951 e 1960), que atinge a breve trecho de proporções impressionantes, com 681000 saídas em 1961-70.

Com o recrudescer da emigração, modificam-se os lugares de destino. O Brasil foi, durante longo período, o país preferido e acolhera quase sempre muito mais de metade dos emigrantes portugueses. Tinha-se assim criado uma tradição migratória, fundamentada nos laços políticos que inicialmente uniam os dois territórios.

A grande viragem nos destinos da emigração deu-se no fim da década de 50, em que começaram a ganhar a dianteira certos países da Europa, muito especialmente a França, seguida pela Alemanha Federal. O Brasil, tendo atingido determinado nível de desenvolvimento, passou a solicitar imigração menos volumosa e mais qualificada. Registou-se um espetacular crescimento económico de alguns países da Europa Ocidental, que trouxe consigo a promoção social das suas populações e a necessidade de mão-de-obra habituada a nível de vida modesto e, pouco exigente em salários, para desempenhar os trabalhos mais duros ou de menor produtividade.

Mas a crise económica de 1974 fez diminuir consideravelmente o fluxo de portugueses que se dirigia para os países da Europa Ocidental. Os governos da Alemanha Federal (Novembro de 1973) e da França (Julho de 1974) tomaram medidas restritivas quanto à entrada de emigrantes e os resultados não se fizeram esperar.

Logo a seguir a 1973, a parte das Regiões Autónomas nos contingentes de emigrantes aumentou de forma sensível, o que fez avultar os países de destino dos insulares, diferentes e, por mais alguns anos, ainda recetivos: Estados Unidos e o Canadá, no caso dos açorianos, a Venezuela (e também o Brasil e a África do Sul), no caso dos madeirenses.

O período mais recente da emigração portuguesa, após 1980, é complexo e bastante incerto quanto à composição dos contingentes que partiram e à própria avaliação do número de pessoas que os constituíam. As séries estatísticas que

continuavam a ser difundidas, tal como nos decénios anteriores ficaram irremediavelmente afetadas quando o Decreto-Lei nº 438/88, de 29 de Novembro, deixou de contemplar o passaporte de emigrante. Durante alguns anos foi interrompida a publicação de dados, que o I.N.E. só retomou recentemente, com base em métodos entretanto definidos.

Foi necessário valorizar com insistência algumas fontes para estudo do fenómeno emigratório: ponderaram-se as diferenças entre população presente e residente no censo de 1991, fez-se a comparação com os dados do censo anterior (1981), analisaram-se os elementos estatísticos produzidos nos países de destino. Havia a noção de que os fluxos emigratórios se mantinham em baixos níveis e de que era relevante o regresso de muitos emigrantes. Após a quebra que se seguiu a 1973, «é assim, provável que se tenha registado um importante recrudescimento da emigração portuguesa nos anos 80, sobretudo a partir de meados da década (...) os cerca de 70000 emigrantes ‘permanentes’ que as estatísticas portuguesas haviam apurado, entre 1981 e 1988, podem elevar-se a mais de 260000, no conjunto da década». Entretanto, calculou-se que o saldo migratório entre os censos de 1981 e 1991 atingiu um valor negativo de 320000 pessoas. No início dos anos 90 parecem ter-se atenuado os saldos migratórios negativos (25000 em 1991 e 10000 em 1992, contra 32200, em média, na generalidade dos anos 80).

No conjunto desta fase mais recente, têm-se salientado algumas situações de irregularidade, e a emigração temporária ganhou particular relevância. A emigração temporária entre 1976 e 1983 envolveu cerca de 25% das pessoas que partiram, mas subiu para 51% no quinquénio de 1984-88. Outros destinos foram procurados pelos portugueses, como os países árabes do Médio Oriente (construção civil e obras públicas, na base de contratos de trabalho por períodos limitados). A emigração temporária tem sido apreciável para alguns países europeus, como a França e a Suíça, com relevância no segundo, da construção civil e das atividades turísticas e hoteleiras. Entre os emigrantes permanentes, há vários que vão apenas juntar-se a familiares, os quais garantirão a sua subsistência (facto registado com frequência na França). Segundo as fontes estatísticas da Suíça, os emigrantes «temporários» portugueses terão passado, naquele país, de perto 20000 por ano no início da década de 80 para cerca de 40000 em 1990; os «permanentes» terão conhecido um acréscimo de menos

de 5000, para perto de 20000 em 1990. Também se tem salientado a Espanha onde, em 1990, haveria 33300 emigrantes «regulares» e 23700 «irregulares».

As regiões de origem tradicionais do Continente foram as do Norte. Segundo J. Evangelista (1971) entre 1866 e 1960, é possível distinguir três áreas. No Norte, três distritos (Porto, Aveiro e Viseu) e cinco (Braga, Bragança, Coimbra, Guarda e Vila Real), no conjunto, saíram desta área 82% dos emigrantes. No Centro, Castelo Branco, Leiria, Lisboa e Santarém, e ainda Viana do Castelo e Faro; estes seis distritos contribuíram com 17,5% para os emigrantes daquele período. O Sul, essencialmente alentejano, com os distritos de Beja, Évora, Portalegre e Setúbal, forneceu apenas 0,5%. Houve depois tendência para se esbaterem estes contrastes. Tomando como termo o decénio de 1966-1975, temos: Norte, 53,6%; Centro (mais Viana do Castelo e Faro), 39,9%; Sul, 6,5%. O primeiro dos três grupos de distritos referidos agrupava 49% da população, o segundo, 38-39% e o terceiro, 13-12%. Com a sua «viragem europeia», a emigração portuguesa generalizou-se de modo mais sensível por todo o país. Além disso, começaram a partir muitos trabalhadores já com certa qualificação e habilitações, até pelo decréscimo do setor primário em Portugal. Nos anos 80, ter-se-ão mantido as tendências anteriores quanto às regiões de origem dos emigrantes, Interior, Regiões Autónomas, com relevo para os Açores.

Por volta de 1975-1977, viveriam no estrangeiro cerca de 3 milhões de portugueses, salientando-se os seguintes países: França, Brasil, África do Sul, Canadá, Venezuela, Estados Unidos, Alemanha Federal. Talvez perto de 4 milhões de pessoas uns 10 anos depois.

As pessoas vão para o estrangeiro na tentativa de melhorarem as suas condições de vida, de fugirem à miséria, de conseguirem emprego mais compensador. As áreas rurais de camponeses pobres do Norte, com elevadas densidades, são os grandes focos de partida de gente. O contraste com o Alentejo, cujas populações rurais não têm melhores condições de existência, não é fácil de explicar. Deve tomar-se em conta o facto de, apesar de tudo, as condições económicas do Norte proporcionarem o capital mínimo indispensável para se empreender as deslocações. Por outro lado, o alentejano que parte da sua terra, muitas vezes determinado a não voltar, ou sem estímulos para o fazer, escolhe com mais facilidade uma região familiar, a do seu próprio país, quase sempre a Área Metropolitana de Lisboa, enquanto a gente do

Norte e do centro aceita melhor a estadia no estrangeiro, amparada pela ideia de regresso.

A emigração da segunda metade dos anos 80 pode causar surpresa por coincidir com um período de crescimento económico do país, mas estará relacionada «com a expansão económica internacional mais vasta», sendo provável um decréscimo no começo dos anos 90, relacionado com a recessão que se registou a nível mais geral.

Não basta falar em fatores económicos: muitas nações economicamente mais débeis do que Portugal não apresentam emigração. O nosso país viu-se envolvido em sucessivas conjunturas de âmbito internacional, que provocaram ou facilitaram a partida dos seus habitantes.

A pressão demográfica é também um aspeto importante, mas poderia invocar-se quanto a outros territórios, onde é mais grave. O crescimento populacional acentuado que se registou no território português na segunda metade do século XIX coincide com a emigração intensificada a partir desta altura. O baixo nível cultural dos emigrantes levou-os a amoldarem-se com facilidade a tarefas rudes nos países de destino. Também a «aversão ao serviço militar» aparece mencionada em diversas fontes; manifestou-se intensamente por ocasião da guerra colonial. Tenha-se ainda em conta a própria tradição que se criou, os apoios de familiares e amigos já radicados no país de destino.

O estudo relativo aos últimos anos levanta algumas dúvidas e incertezas. É um facto que a passagem mais fácil nas fronteiras interfere e vai continuar a interferir no fenómeno. O retorno de emigrantes suscita, por seu turno, problemas relacionados com a integração no tecido socioeconómico nacional. O movimento terá englobado 43000 pessoas em 1976 e 63000 em 1980. Registaram-se em 1992, segundo as estatísticas portuguesas, 22700 regressos.

c) Regresso de habitantes das antigas colónias

O regresso de habitantes que residiam nas antigas colónias fez-se de modo brusco, no essencial em 1975, relacionado com as vicissitudes do processo de independência daqueles territórios.

Segundo o recenseamento de 1981, viviam neste ano em Portugal 505087 pessoas que, em dezembro de 1973, residiam nas colónias. Admite-se que este

número seja ligeiramente inferior ao de chegadas efetivamente registado: as avaliações mais correntes apontam para cerca de 600000 indivíduos.

Em relação aos «retornados» referidos no censo, a maior parte fixou-se nos distritos economicamente mais ativos do litoral, com saliência para Lisboa (33,8%), Porto (11,4%) e Setúbal (10%). Ganham importância distritos do Norte Interior, donde havia partido boa parte dos habitantes dos colonatos instalados em Angola e Moçambique; é o caso, sobretudo, de Bragança e Guarda. Lisboa e Setúbal mantêm índices elevados, sublinhando-se a posição de Faro. Os menores valores cabem aos distritos alentejanos e de Portalegre, Évora e Beja.

d) Presença de estrangeiros

Segundo os dados oficiais os estrangeiros estabelecidos em Portugal eram 131593, em 1993, cifra que se afigura inferior à efetivamente verificada, não só pelos casos de dupla nacionalidade que originam dúvidas, como pelos que se referem a pessoas que não se legalizaram a sua permanência no país.

A comunidade estrangeira mais numerosa é a dos cabo-verdianos, na sua maior parte ligados a profissões rudes que exigem pouca qualificação. Aos naturais de Cabo Verde, seguem-se os do Brasil, Grã-Bretanha, Estados Unidos, Espanha e Angola.

Por distritos de residência, salientam-se Lisboa, com mais de metade, Faro, Setúbal e Porto.